

**Ecofeminismo e Desenvolvimento Sustentável: uma perspectiva ambiental e de gênero**

***Ecofeminism and Sustainable Development: an environmental and gender perspective***

***Ecofeminismo y Desarrollo Sostenible: una perspectiva ambiental y de género***

***Écoféminisme et développement durable: une perspective environnementale et de genre***

**Pamela Giselle Lima da ROCHA<sup>1</sup>  
Cecília Abrahão Nascimento de SANTI<sup>2</sup>  
Franciele Marques REDIGOLO<sup>3</sup>  
Hamilton Vieira de OLIVEIRA<sup>4</sup>**

*Correspondência*

Autor para correspondência: Cecília Abrahão  
Nascimento de Santi  
E-mail: [ceciliabrahao2001@gmail.com](mailto:ceciliabrahao2001@gmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8070-2023>



Submetido em: 30/06/2025

Aceito em: 16/12/2025

Publicado em: 30/12/2025

<sup>1</sup> Analista de Gestão Governamental e Política Educacional pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC/PA)

<sup>2</sup> Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará (PPGCI/UFGPA). Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará (UFGPA).

<sup>3</sup> Professora Assistente - Doutora do Departamento de Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

<sup>4</sup> Professor Titular da Faculdade de Biblioteconomia e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (Mestrado e Doutorado) - do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (UFGPA)

## RESUMO

Este estudo trata do Ecofeminismo na perspectiva da Ciência da Informação enquanto conceito que articula a luta pelos direitos das mulheres à preservação ambiental, reconhecendo que as mulheres, especialmente as pertencentes a grupos vulneráveis, são impactadas de forma mais intensa pelas consequências da crise ecológica global. Compreende-se que o enfrentamento das mudanças climáticas exige o reconhecimento do papel ativo das mulheres na produção sustentável e na conservação dos recursos naturais. Fundamentada em uma perspectiva crítica, a pesquisa discute o Desenvolvimento Sustentável considerando os efeitos do Antropoceno e suas implicações sociais, econômicas e ambientais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa, do tipo descritiva e bibliográfica, realizada por meio de levantamento da literatura especializada. A análise indica que a escassez de recursos e a deterioração das condições de vida afetam especialmente mulheres envolvidas em atividades como o cultivo de alimentos e o reaproveitamento de matérias-primas derivadas da biodiversidade. A pesquisa evidencia ainda que o modelo capitalista vigente, ao priorizar o lucro e o acúmulo de capital, contribui para a intensificação das desigualdades socioambientais. Conclui-se que o Ecofeminismo constitui um referencial teórico-metodológico relevante para repensar o desenvolvimento, promovendo uma gestão dos recursos naturais baseada na equidade de gênero, na valorização de saberes tradicionais e em práticas sustentáveis que se contrapõem à lógica de exploração.

**Palavras-chave:** ecofeminismo; desenvolvimento sustentável; gênero; justiça ambiental; sustentabilidade.

## ABSTRACT

This study addresses ecofeminism from the perspective of Information Science as a concept that articulates the struggle for women's rights with environmental preservation, recognizing that women, especially those belonging to vulnerable groups, are more intensely affected by the consequences of the global ecological crisis. It is understood that addressing climate change requires acknowledging the active role of women in sustainable production and natural resource management. Based on a critical perspective, the research discusses sustainable development considering the socio-environmental impacts of the current system. The study is basic in nature, with a qualitative approach, and is descriptive and bibliographic in type, conducted through a review of specialized

literature. The analysis shows that the scarcity of resources and the deterioration of living conditions especially affect women engaged in food production and in the reuse of raw materials derived from biodiversity. The findings also highlight that the prevailing capitalist model, by prioritizing profit and capital accumulation, contributes to the intensification of socio-environmental inequalities. The study concludes that ecofeminism provides a relevant theoretical-methodological framework to rethink development, promoting a model of resource management based on gender equity, the appreciation of traditional knowledge, and sustainable practices that oppose the dominant logic of exploitation.

**Keywords:** ecofeminism; gender; environmental justice; sustainability; sustainable development.

## RESUMEN

Este estudio aborda el ecofeminismo en la perspectiva de la Ciencia de la Información como un concepto que vincula la lucha por los derechos de las mujeres con la preservación ambiental, reconociendo que las mujeres, especialmente las pertenecientes a grupos vulnerables, son afectadas de manera desproporcionada por la crisis ecológica global. Se entiende que enfrentar el cambio climático exige reconocer el papel activo de las mujeres en la producción sostenible y en la gestión de los recursos naturales. Desde una perspectiva crítica, la investigación discute el desarrollo sostenible considerando los impactos socioambientales del sistema actual. Se trata de una investigación de naturaleza básica, con enfoque cualitativo, de tipo descriptivo y bibliográfico, realizada a partir de una revisión de la literatura especializada. El análisis demuestra que la escasez de recursos y el deterioro de las condiciones de vida afectan especialmente a las mujeres que participan en la producción de alimentos y en el reaprovechamiento de materias primas derivadas de la biodiversidad. Los resultados también evidencian que el modelo capitalista vigente, al priorizar la rentabilidad y la acumulación de capital, contribuye a la intensificación de las desigualdades socioambientales. Se concluye que el ecofeminismo ofrece un marco teórico-metodológico relevante para repensar el desarrollo, promoviendo una gestión de los recursos basada en la equidad de género, la valorización de los saberes tradicionales y prácticas sostenibles que se oponen a la lógica dominante de explotación.

**Palabras clave:** Ecofeminismo. Desarrollo sostenible. Equidad de género. Justicia ambiental. Sostenibilidad.

## RÉSUMÉ

Cette étude traite de l'écoféminisme dans la perspective de la science de l'information en tant que concept qui articule la lutte pour les droits des femmes à la préservation de l'environnement, reconnaissant que les femmes, en particulier celles appartenant à des groupes vulnérables, sont plus fortement touchées par les conséquences de la crise écologique mondiale. Il est entendu que la lutte contre le changement climatique exige la reconnaissance du rôle actif des femmes dans la production durable et la conservation des ressources naturelles. Fondée sur une perspective critique, la recherche aborde le développement durable en tenant compte des effets de l'Anthropocène et de ses implications sociales, économiques et environnementales. Sur le plan méthodologique, il s'agit d'une recherche fondamentale, avec une approche qualitative, descriptive et bibliographique, réalisée à partir d'une analyse de la littérature spécialisée. L'analyse indique que la rareté des ressources et la détérioration des conditions de vie affectent particulièrement les femmes impliquées dans des activités telles que la culture alimentaire et la réutilisation des matières premières issues de la biodiversité. La recherche montre également que le modèle capitaliste actuel, en privilégiant le profit et l'accumulation de capital, contribue à l'intensification des inégalités socio-environnementales. Nous concluons que l'écoféminisme constitue un référentiel théorique et méthodologique pertinent pour repenser le développement, en promouvant une gestion des ressources naturelles fondée sur l'égalité des sexes, la valorisation des savoirs traditionnels et des pratiques durables qui s'opposent à la logique d'exploitation.

**Mots-clés:** écoféminisme; développement durable; genre; justice environnementale; durabilité.

## 1 INTRODUÇÃO

O Ecofeminismo, enquanto movimento, critica a forma como a sociedade suprime a mulher, privando-a de o direito de poder usar sua voz para conquistar seu espaço na sociedade. Em muitos casos, dependendo da região geográfica, ou mesmo do nível socioeconômico e a escolaridade alcançada, até seus direitos mais básicos podem acabar sendo suprimidos, pois são os homens, de

modo geral, que detém o acesso aos meios de produção e o capital para desenvolver as atividades que fazer girar a roda da economia.

Aguinaga *et al.* (2013, p. 41, tradução nossa) afirma que “o pensamento feminista hoje deve ser emancipatório, [...] enraizada na diversidade e no potencial da vida e [...] olhando para o todo”. Isso significa que, considerando o contexto atual, é necessário observar a causa ambiental como um todo, olhando para todos que serão afetados, a curto e longo prazo, caso as mudanças climáticas tão necessárias não sejam feitas a tempo de poderem ser revertidas.

Partindo dessas considerações, o problema de pesquisa centra-se em identificar como o Ecofeminismo pode contribuir para uma compreensão mais abrangente das mudanças climáticas, dentro da perspectiva do Desenvolvimento Sustentável (DS) e da Ciência da Informação. Deste modo, o objetivo deste trabalho é discutir o Ecofeminismo sob o olhar do Desenvolvimento Sustentável e da Ciência da Informação e seu impacto da crise ecológica global gerada pelo Antropoceno. Nessa mesma análise, pretende-se trazer a abordagem de autores que tratam sobre as temáticas escolhidas na perspectiva da Ciência da Informação.

Portanto, toda a bibliografia consultada e elencada que posteriormente subsidiou a presente pesquisa, possibilitou, ao longo da pesquisa, observar o Desenvolvimento Sustentável a partir de uma perspectiva feminista, que leva em conta não apenas a necessidade de empoderar as mulheres, mas de garantir uma preservação ambiental mais efetiva, justa e igualitária, que possibilite, a longo prazo, que os recursos naturais cheguem às futuras gerações.

## 2 METODOLOGIA

O percurso metodológico desta pesquisa, caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa, do tipo descritiva e bibliográfica, pois "a pesquisa bibliográfica é, por excelência, uma fonte inesgotável de informações, pois auxilia na atividade intelectual e contribui para o conhecimento cultural em todas as formas do saber" (Fachin, 2017, p. 111), visto que foi realizado um levantamento de literatura para identificar a relação entre Desenvolvimento Sustentável e o Ecofeminismo ao combate dos aspectos sociais relacionados às mudanças climáticas geradas pelo Antropoceno.

Para tanto, as etapas metodológicas foram elaboradas para o cumprimento do objetivo geral proposto nesta investigação, citados no Quadro 1 abaixo:

**Quadro 1** - Etapas dos procedimentos metodológicos

<b>Etapas</b>	<b>Procedimentos</b>	<b>Execução</b>
<b>1ª Etapa</b>	Fundamentação teórica	-Levantamento bibliográfico considerando os temas: Ecofeminismo e Desenvolvimento Sustentável.
<b>2ª Etapa</b>	Coleta de dados	-Estratégias de busca nas bases LISTA e BRAPCI, com uso de descritores e em sem delimitação temporal específica.
<b>3ª Etapa</b>	Tratamento dos dados da coleta	-Planilhas no <i>software Microsoft Excel</i>
<b>4ª Etapa</b>	Análise crítica das produções selecionadas	-Concentrou-se na leitura integral das produções selecionadas, observando abordagens teóricas e enfoques temáticos relacionados.
<b>5ª Etapa</b>	Síntese dos resultados	-Consistiu na descrição e discussão dos principais apontamentos.

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2025).

O percurso metodológico iniciou-se com a primeira etapa de levantamento bibliográfico sobre Ecofeminismo e Desenvolvimento Sustentável, que constituiu a base teórica necessária para a

sustentação da investigação. Em continuidade, avançou-se para a segunda etapa, dedicada à coleta de dados, na qual foram selecionadas as bases de dados LISTA e BRAPCI, em razão de sua relevância e cobertura voltada à Ciência da Informação e por serem bases especializadas nesse campo do conhecimento. Optou-se por não estabelecer delimitação temporal, considerando a necessidade de abarcar a formação histórica, a evolução conceitual e os desdobramentos contemporâneos das discussões sobre as temáticas estudadas.

Para a estratégia de busca, utilizou-se os operadores booleanos *AND* e *OR* o operador de proximidade *aspas* (“ ”). Assim, a busca foi efetuada a partir da seguinte *query*: (“ecofeminismo” OR “ecologia feminista” AND “desenvolvimento sustentável” OR “antropoceno”). Vale destacar que, nesta etapa, em ambas as buscas nas bases, os descritores foram utilizados em dois idiomas: inglês e português, respeitando as variações linguísticas e considerando a abrangência temática nos diferentes contextos.

Na lista, a busca foi realizada no campo TX (All Text), com aplicação de filtros por texto completo. Foram recuperados, inicialmente, 75 registros para a *string* em inglês, e nenhum registro para o português. No que se refere à BRAPCI, optou-se por realizar a consulta por meio da interface de busca avançada, com aplicação da opção “Busca pela query”, que permitiu o uso da expressão com aplicações dos operadores booleanos no campo “Estratégia de Busca”. Como resultado, foram identificados zero documentos para a *string* em inglês, 15 registros para o português. Isto posto, ao considerar os resultados obtidos nas duas bases, totalizaram-se 90 registros recuperados.

A terceira etapa correspondeu ao tratamento dos dados, no qual os documentos obtidos em ambas as bases foram organizados em planilhas eletrônicas no software *Microsoft Excel* e submetidos a procedimentos de leitura de títulos, resumos e palavras-chave, com o intuito de verificar a aderência temática ao escopo da pesquisa e eliminar duplicatas. No que diz respeito ao tratamento das produções encontradas no *corpus* de análise intermediário, foram aplicados quatro critérios de inclusão e exclusão para reforçar a seleção dos textos para análise, a saber:

1. Documentos completamente disponíveis em acesso aberto;
2. Produções disponibilizadas em formato PDF;
3. Publicações duplicadas, ou seja, contendo mesmo título, autor e ano de publicação, somente serão selecionadas uma vez;
4. Artigos, teses ou dissertações que contêm as expressões de busca nos campos de título, palavras-chave ou resumo e que contemplassem o tema da pesquisa.

A partir dos critérios definidos acima, o *corpus* foi constituído por 30 documentos distintos selecionados para análise. Desses documentos selecionados, 20 deles compuseram a análise geral, que está representada no item 4.1 da discussão dos resultados, pois trata-se de documentos sobre a perspectiva histórica e conceitos do ecofeminismo.

A partir desse *corpus*, procedeu-se à identificação de um subconjunto analítico composto por 10 produções, as quais apresentaram maior aderência temática ao ecofeminismo e articulações mais diretas com discussões da Ciência da Informação, que compõem a análise dos dados no item 4.2 da discussão dos resultados.

A delimitação desse subconjunto foi realizada com base na leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, bem como na verificação da centralidade do tema no conteúdo das produções, sendo esse conjunto posteriormente aprofundado na etapa de análise crítica.

A quarta etapa da análise crítica dos dados concentrou-se na leitura integral das produções selecionadas, observando abordagens teóricas e enfoques temáticos relacionados. Por fim, a quinta etapa de síntese dos resultados consistiu na descrição e discussão dos principais apontamentos, buscando evidenciar como a temática vem sendo tratada na literatura e apontar possíveis lacunas e perspectivas futuras de pesquisa.

### **3 ECOFEMINISMO: breve histórico e conceito**

O termo Ecofeminismo surgiu na década de 1970, quando, em 1978, Françoise D'Eaubonne fundou o movimento Ecologia e Feminismo, relacionando, assim, as manifestações e lutas do movimento feminista com a preservação ambiental e proteção da biodiversidade. De acordo com Flores e Trevizan (2015), O Ecofeminismo identifica no sistema patriarcal, hegemônico há tantos anos, o problema para a crise climática atual, pois quando o agronegócio expande, de forma autoritária e desigual, prejudicando os pequenos produtores, da mesma forma machista e misógina como os homens atentam contra os direitos mais básicos da mulher, como o ir e vir e a escolha de ter ou não filhos, é possível ver os impactos dessa desigualdade na preservação da biodiversidade.

Barca (2020) também afirma que a crise ecológica seria consequência das profundas desigualdades criadas pelo capitalismo industrial atual, que atribui valor diferenciado aos tipos de trabalho e

até espécies, que podem vir a ser sacrificadas em prol do lucro gerado pela modernidade industrial. Visando apenas lucro e acúmulo de capital, grandes conglomerados acabam por investir em projetos que, a curto e muito longo prazo, podem redefinir por completo a vida na Terra como a conhecemos. E essa exploração indiscriminada e predatória dos recursos naturais pode trazer consequências para a biodiversidade do planeta, que não consegue se renovar na mesma proporção que é destruída, afetando principalmente aqueles que tiram seu sustento e renda do manejo dos recursos naturais.

Para Dorlin (2009 *apud* Aguinaga *et al.*, 2013, p. 41, tradução nossa),

[...] o feminismo surgiu justamente como um desafio político aos efeitos de um discurso androcêntrico, tradicionalmente apresentado como científico e universal, mas que minou sistematicamente outros conhecimentos e ganhou domínio em várias áreas – incluindo o corpo e a fala das mulheres [...].

O Ecofeminismo relaciona de forma direta as lutas da causa feminina com a preservação do meio ambiente, pois as relações de poder mantidas pelo Patriarcado contribuem para a manutenção de um sistema, por muitas vezes, injusto e desigual.

Salienta-se ainda que esse sistema alterado e desequilibrado é característica do conceito de Antropoceno, o qual consiste na “na época em que as ações humanas são capazes de desestabilizar o sistema Terra, provocando o aquecimento global, o aumento do nível dos oceanos, a perda da biodiversidade, a escassez hídrica, a poluição química generalizada, entre outras catástrofes” (Léna; Issberner, 2022, p. 1).

No tocante aos aspectos das mudanças climáticas agravadas pelo Antropoceno, encontram-se questões no contexto intelectual, cultural, político e legal; de forma que a noção desse conceito

demonstra a necessidade de integração entre as Ciências Sociais e Humanas no território das Ciências Naturais, o que envolve profundas transformações econômicas, sociais, políticas, tecnológica (Claudino-Sales, 2020; Léna; Issberner, 2022).

Acrescenta-se que a discussão sobre a mudança climática como um fenômeno social ao menos em cinco dimensões analíticas, quanto à sua origem; sua causa; seus efeitos diferenciados sobre grupos sociais e comunidades humanas; às formas de sua representação e as às formas associativas (Acselrad, 2022).

Seguindo essa perspectiva, essas discussões têm se expandido para o campo das Ciências Humanas, evidenciando a importância de considerar as interações entre sociedade e meio ambiente nesse contexto. Nesse sentido, o Ecofeminismo confronta vários elementos do Antropoceno, como a dicotomia entre natureza e cultura, a dominação colonial e global, a apropriação de conhecimentos e práticas, e as estruturas de poder globais que afetam tanto seres humanos quanto não humanos (Costa; Funck, 2017).

Desta maneira, o Ecofeminismo atrelado ao feminismo marxista propõe ferramentas teóricas para combater desigualdades de gênero na adaptação às mudanças climáticas e o acesso desigual a recursos; além de discutir a carga desproporcional de trabalho, a segurança alimentar e nutricional e o impacto na saúde reprodutiva.

O Ecofeminismo questiona as pretensões dualistas e universalistas presentes no Antropoceno, buscando desafiar as estruturas físicas locais e globais que têm sido marcadas pela influência humana. Além disso, desempenha um papel crítico ao contrapor-se às narrativas preponderantes do Antropoceno, visando

fomentar uma perspectiva mais equânime e sustentável no que tange às interações entre a humanidade e o meio ambiente.

Tais pretensões fazem com que oportunidades de ascensão dentro das empresas sejam negadas às mulheres, ainda com o pensamento predominantemente machista, que sustenta a ideia de manter a mulher sob padrões conservadores, afastando-a de qualquer possibilidade de poder participar de forma justa e democrática do mercado de trabalho. Até mesmo o direito ao próprio corpo da mulher é motivo de discussão, partindo do pressuposto que a Sociedade (essencial é predominantemente machista) é que tem o direito de ditar sobre o que e como as mulheres podem usufruir do que conquistaram.

Plumwood (1993 *apud* Barca, 2020, p. 29) afirma que o Ecofeminismo “[...] é altamente ‘integrador’ no sentido em que combina feminismos culturais, socialistas, negros e anticoloniais ao desafiar a estrutura dos dualismos interrelacionados que correspondem a várias formas de repressão, alienação e dominação”. Isso significa que, ao defender a causa feminina, todas as minorias, seriamente afetadas pelas mudanças climáticas, podem ser defendidas, partindo do pensamento integrador de que é necessário unificar todos os que serão a longo prazo prejudicados pelos efeitos da crise ecológica global.

Ainda segundo Aguinaga *et al.* (2013, p. 42), “a economista dinamarquesa Ester Boserup formulou uma contribuição sobre a discussão sobre gênero e desenvolvimento em seu livro *Woman's Role in Economic Development*”, em que critica o Desenvolvimento como um sistema excludente em relação às mulheres, colocando-as apenas na condição de beneficiárias passivas dos meios de

produção, enquanto a própria cadeia de produção, a ciência e a tecnologia estariam acessíveis apenas aos homens.

Barca (2020, p. 27) afirma, em relação a isso, que:

a degradação da natureza é uma consequência da subvalorização do trabalho de subsistência, reprodução, regeneração, restauração e cuidado. Esta tradição de “pensamento e práxis” é central para contemplar a possibilidade de um verdadeiro “bem viver”, alternativo ao proposto pela modernidade capitalista/industrial.

O trabalho de subsistência, que inclui a agricultura familiar, o artesanato local, entre outras atividades que dependem da boa gestão dos recursos naturais, e em sua maioria desenvolvidas por mulheres, que também são as responsáveis pelo sustento de suas famílias, acabam sendo bastante prejudicados, já que há uma lógica de mercado que valoriza a produção para rápida provisão de um mercado de exportação, além da geração instantânea de capital que gera lucro aos produtores.

Essas atividades, que muitas vezes são desenvolvidas com quase nenhum impacto para a Biodiversidade, acabam sendo os maiores fornecedores de gêneros alimentícios para o mercado interno, contudo, são as que menos recebem incentivo e investimento, o que faz com que esses produtores não consigam competir de forma igualitária com os representantes do chamado Agronegócio de exportação. Além disso, esses pequenos produtores, bem como as populações locais são, de acordo com Warnelius (2015 *apud* Barca, 2020), os mais afetados pelas alterações climáticas. Isso pode, a longo prazo, fazer com que atividades consideradas vitais para o abastecimento do mercado interno de alimentos desapareçam, pois são atividades que dependem da preservação do meio ambiente e da biodiversidade para continuarem a existir.

No próximo tópico será abordado o quão se faz importante a atuação das mulheres no cenário ambiental, podendo afetar de forma direta a preservação do meio ambiente, possibilitando, assim, a manutenção das atividades consideradas essenciais, o que pode impactar no meio ambiente global.

## **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS**

A presente seção tem por propósito discutir criticamente as articulações entre Ecofeminismo e Desenvolvimento Sustentável, à luz das mudanças climáticas intensificadas no contexto do Antropoceno. Busca-se, com isso, evidenciar como a crise ecológica contemporânea, além de expressar limites do modelo hegemônico de produção e consumo, aprofunda desigualdades sociais já existentes e incide de modo assimétrico sobre diferentes grupos populacionais, com repercussões diretas para a equidade de gênero e para a justiça socioambiental.

### **4.1 Atuação das mulheres no Desenvolvimento Sustentável: da preservação dos direitos ao combate à crise ecológica global**

Ao observar com mais atenção às mudanças climáticas no planeta, percebe-se que as populações mais vulneráveis e minoritárias são (e serão) as mais afetadas pela crise ecológica gerada pelo Antropoceno, uma vez que o modelo agrícola adotado globalmente a partir das décadas de 50 e 60 tem causado uma crise ambiental que suscita preocupações em diversos cientistas, governos, organizações não-governamentais e parte da população consciente (Salamoni; Gerardi, 2001).

Devido às mudanças climáticas geradas pelo Antropoceno, as populações consideradas vulneráveis acabam sofrendo mais, uma vez que essas mudanças exigem um nível de adaptabilidade que

pode ser considerado cruel, por ser excludente com essas minorias. Não obstante, “as críticas feministas ao conceito de desenvolvimento surgiram na década de 1970” (Aguinaga *et al.*, 2013, p. 41).

Nesse sentido, destaca-se o combate ao modelo do sistema econômico excludente as mulheres, no qual sua representatividade é atrelada a um papel de beneficiárias passivas. É importante salientar que as mulheres ainda cumprem jornada dupla, sendo mães e trabalhadoras, sem, no entanto, desfrutar de igualdade salarial, ou melhores condições de trabalho. No mesmo cenário, os pequenos produtores ficam em desvantagem em relação ao agronegócio capitalista, e é quando e onde vemos o papel fundamental da mulher na preservação ambiental

Barca (2020, p. 30) afirma que as mulheres “[...] não são apenas colonizadas em relação ao gênero, mas são também colonizadoras em relação a outras identidades raciais, culturais e/ou de espécie [...]”, fazendo com que as diferenças, e não apenas de gênero, interfiram na sua participação do mercado de trabalho, bem como na manutenção dos direitos por elas conquistados, direitos que, querendo ou não, são fundamentais para que a sociedade possa avançar para algo próximo da igualdade.

O cenário global, hoje, se encontra assim devido às desigualdades que caracterizam as mudanças climáticas e dos sistemas terrestres em todas as escalas exigem uma problematização das representações dominantes do Antropoceno enquanto era da subjetividade humana indiferenciada, comportando iguais responsabilidades para, e sofrendo iguais consequências de, mudanças ambientais globais (Barca, 2020).

Isso significa que é preciso rever como o acesso às formas e meios de produção, que ainda se encontram concentrados nas mãos

de uma pequena parcela da sociedade capitalista, pode chegar até os pequenos produtores, que podem em muito contribuir para a diminuição dos impactos ambientais. Garantir acesso igualitário aos meios de produção pode permitir que a preservação do meio ambiente esteja mais próxima da realidade, além de interferir de forma significativa na qualidade de vida da população mundial. No entanto, isso só será possível, quando estes, assim como o capital, ainda concentrado nas mãos das elites da sociedade agroindustrial, possa ser distribuído de forma justa, possibilitando, desse modo, que a produção cause o mínimo de impactos ao meio ambiente.

Ao garantir uma sociedade mais justa e igualitária, não apenas para as mulheres, mas para os diversos grupos minoritários como um todo, as mulheres ao redor do planeta também contribuem para que o planeta possa ser preservado para as próximas gerações. Quando olhamos para os avanços já alcançados, tanto no que diz respeito às mulheres, quanto no tocante à preservação ambiental, vemos o quanto ainda precisamos avançar para que possamos estar mais perto de um cenário de equidade, para as mulheres e as demais minorias, seriamente impactadas pelas mudanças climáticas.

Nesse contexto, torna-se necessário compreender as discussões acerca do Desenvolvimento Sustentável, posto que a noção de DS oferece uma alternativa ao conceito de crescimento econômico ao enfatizar que “nada pode ser produzido de forma sólida sem levar em consideração a preservação da natureza” (Andersson *et al.*, [2017], p. 7s).

Para o Relatório de Brundtland, também nomeado de “Nosso Futuro Comum” arquitetado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Desenvolvimento Sustentável significa “o encontro entre as necessidades do presente, sem

comprometer a possibilidade das futuras gerações em encontrar recursos que satisfaçam suas necessidades” (Brundtland, 1987, p. 46). Seguindo esse mesmo pressuposto, Cavalcanti (2012) caracteriza o DS por sua durabilidade, e sua sustentação primordial, a qual provém da natureza e do ecossistema, dos quais dependemos para que seja possível todas as nossas necessidades.

Entretanto, Léna e Nascimento (2012, p. 27) apresenta algumas críticas a esse modelo, como constata que:

[...] o pensamento social-ecológico alcançou, ao mesmo tempo, o reconhecimento internacional e um grau mais elevado ainda de banalização através da difusão do oximoro “desenvolvimento sustentável”, retomado por todas as agências internacionais, os governos e até as empresas (inclusive as mais predatórias).

Tal afirmação, concebe a ideia de desenvolvimento associado ao crescimento econômico, em razão de que mesmo diante das enormes mobilizações internacionais que derivou, o Desenvolvimento Sustentável não foi capaz de conter a degradação ambiental, resultando na contínua redução da biodiversidade e no aumento das emissões de CO<sub>2</sub> (Léna; Nascimento, 2012).

Nesse sentido, observa-se no âmbito internacional um aporte teórico consolidado, a exemplo Baumgartner e Korhonen (2010); Holden, Linnerud, Banister (2016); Agbedahin (2019); Zdravkova (2023), os quais defendem o Desenvolvimento Sustentável e o *slogan*: “Pensar globalmente, agir localmente”, que sintetiza uma abordagem estratégica para lidar com questões globais, ao mesmo tempo em que reconhece a importância das ações realizadas em âmbito local. Em nível nacional, destacam-se os autores Freitas (2004); Barbieri (2020); Abramovay (2022); Nunes e Banhal (2022) que abordam desde as origens a popularização e educação ambiental como caminho do DS.

De acordo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, o DS é equilibrado entre as três dimensões: econômica, social e ambiental (**Organização das Nações Unidas, 2015**). Assim, verifica-se que na dimensão social, a equidade representa uma das estruturas centrais, conforme abordado por Magis e Shinn (2009), Harper (2001) e Eizenberg e Jabareen (2017), o que é relevante em várias esferas, sobretudo, na questão de gênero, além de que está atrelado a questão ecológica.

O Desenvolvimento Sustentável representa a busca por uma sociedade em harmonia com a natureza, integrando todos os seus aspectos sem causar agressão ou interferência em seu funcionamento. Essa abordagem tem sido apresentada e defendida como uma tentativa de solucionar os problemas decorrentes da crise ambiental e do crescente reconhecimento da gravidade dessa crise (Matias; Pinheiro, 2008).

Segundo Barbieri (2005), a pobreza, a exclusão social e o desemprego não devem ser vistos apenas como problemas locais, mas sim como questões planetárias, da mesma forma que a chuva ácida, o efeito estufa, a depleção da camada de ozônio e o entulho espacial que se acumula ano a ano. Essas questões estão no centro das novas concepções de sustentabilidade, ressaltando a importância de abordar os desafios sociais, econômicos e ambientais de forma integrada para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Dessa maneira, compreende-se que para que o desenvolvimento seja sustentável, é fundamental que o uso de recursos renováveis seja feito em um ritmo inferior ao de sua reprodução. No caso dos recursos não renováveis, é essencial

direcionar os rendimentos obtidos para o desenvolvimento científico e tecnológico (Cavalcanti, 2012).

Por outro lado, a perspectiva das mulheres como parte do desenvolvimento ainda é recente, conforme a primeira Conferência Mundial sobre Mulheres no México que ocorreu em 2 de julho de 1975, em que as Nações Unidas declararam a próxima década como a “Década das Mulheres”, com a premissa “Mulheres no Desenvolvimento” (WID) (Aguinaga *et al.*, 2013).

Nessa conjuntura, vale ressaltar a Agenda 2030, aprovada durante a Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015, com a participação de 193 estados membros, a qual representa um plano global com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para serem alcançados até o ano de 2030 (Brasil, 2023), como o ODS 5 que propõe Igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Infelizmente, faltando menos de 10 anos para o prazo estabelecido, apesar de haver progressos alcançados nos direitos das mulheres, o cenário atual ainda não é promissor, visto que [...] ainda há trabalho a ser feito no Brasil para alcançar a igualdade de gênero. 26,2% das mulheres de 20 a 24 anos casadas ou em união antes dos 18 anos.

A taxa de natalidade adolescente é de 49,1 por 1.000 mulheres de 15 a 19 anos em 2019, abaixo dos 52,5 por 1.000 em 2018. Em fevereiro de 2021, apenas 15,2% dos assentos no parlamento eram ocupados por mulheres. Em 2018, 6,5% das mulheres de 15 a 49 anos relataram ter sido vítimas de violência física e/ou sexual por parceiro íntimo atual ou anterior nos últimos 12 meses. Além disso, mulheres e meninas com mais de 15 anos gastam 11,6% de seu tempo em cuidados não remunerados e trabalho doméstico (Organização das Nações Unidas, 2023).

Apesar desses obstáculos, a atuação de mulheres no Desenvolvimento Sustentável representa resiliência e resistência na criação de soluções inovadoras para enfrentar as mudanças climáticas, a degradação ambiental e a perda de biodiversidade. Além disso, o empoderamento das mulheres no DS também contribui para melhorar a qualidade de vida de suas comunidades e fortalecer sua capacidade de adaptação a desafios futuros.

Por conseguinte, evidencia-se a necessidade de integrar a perspectiva das mulheres como parte do Desenvolvimento Sustentável para alcançar um futuro mais equitativo e resiliente, de modo a reconhecer o papel fundamental que as mulheres desempenham na economia, na sociedade e no meio ambiente é muito importante, bem como é essencial para promover a igualdade de gênero e assegurar a realização plena dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Nesse contexto, discutir o Desenvolvimento Sustentável a partir de uma perspectiva ecofeminista, torna-se importante, pois se faz necessário rever toda concepção acerca da produção e capital, uma vez que os recursos naturais, vitais para o sustento do planeta, podem se esgotar.

Por outro lado, apesar de muitos avanços na questão da garantia de direitos para as mulheres, especialmente as que fazem parte de grupos mais vulneráveis, bem como a preservação do meio ambiente e da biodiversidade. Nota-se que ainda é possível perceber uma grande disparidade entre a produção do agronegócio e a produção sustentável dos pequenos produtores.

O ecofeminismo destaca a importância de uma abordagem equitativa e inclusiva, considerando as vozes e necessidades das mulheres, especialmente aquelas em comunidades marginalizadas.

Além disso, o ecofeminismo enfatiza a necessidade de uma relação mais harmoniosa e respeitosa com o meio ambiente, promovendo práticas sustentáveis que valorizem a interdependência entre seres humanos e natureza.

Cândido *et al.* (2022, p. 13) apontam que “o ecofeminismo, seja como teoria ou movimento, requer mudança cultural e conscientização da problemática ambiental mais abrangentes na sociedade”. Diante dessa explanação, compreende-se que o Ecofeminismo não apenas oferece uma análise das interconexões entre opressão de gênero e degradação ambiental, mas também se revela como uma ferramenta conceitual valiosa para explorar uma variedade de questões sociais e ambientais.

Concomitantemente, alinha-se com os princípios do Desenvolvimento Sustentável, que busca equilibrar o progresso econômico, a justiça social e a preservação ambiental. Assim, a perspectiva ecofeminista contribui para ampliar a compreensão e as soluções relacionadas ao DS, de modo que incorpora uma visão feminina ao promover a igualdade de gênero, a justiça social e a sustentabilidade ambiental como elementos interconectados e fundamentais para o avanço equitativo da sociedade

A partir dessa concepção, observa-se que os processos da luta de movimentos sociais de mulheres podem ser comparados, em sua forma, com a capacidade de mudar o curso atual do desastre ecológico (Benasayag; Rey, 2012). Ainda segundo os autores “no meio rural, merece destaque o movimento feminista – geralmente auto identificado como grupos ou movimentos “de mulheres” (Benasayag; Rey, 2012, p. 327). Essas iniciativas são de extrema importância, pois buscam enfrentar as múltiplas desigualdades de gênero que afetam as mulheres nas áreas rurais, garantindo a

valorização de suas vozes, direitos e participação como beneficiárias ativas nos meios de produção.

A construção de um Desenvolvimento Sustentável verdadeiro requer uma revisão na forma como o acesso aos meios de produção está concentrado nas mãos de uma minoria da sociedade capitalista. Garantir o acesso igualitário aos meios de produção e recursos é essencial para minimizar os impactos ambientais. Isso exige uma distribuição justa de recursos e oportunidades, permitindo que as populações vulneráveis possam contribuir significativamente para a preservação do meio ambiente (Cavalcanti, 2012).

A contribuição histórica das mulheres para o Desenvolvimento Sustentável representa resiliência e resistência, pois elas têm sido protagonistas na busca por soluções inovadoras para enfrentar os desafios ambientais. Ao longo do tempo, as mulheres têm atuado como protagonistas na gestão dos recursos naturais, na organização comunitária e na formulação de estratégias de enfrentamento às crises ambientais, assumindo posições de resistência frente a modelos econômicos excludentes.

Nesse sentido, o empoderamento feminino constitui-se como fundamental para a melhoria das condições de vida das comunidades e para o aumento da capacidade de adaptação coletiva às mudanças climáticas e a outras vulnerabilidades socioambientais, evidenciando a indissociabilidade entre equidade de gênero e sustentabilidade.

Essa atuação não se restringe a iniciativas contemporâneas, mas insere-se em uma trajetória histórica de participação feminina na gestão dos recursos naturais, na organização comunitária e na preservação dos modos de vida sustentáveis, evidenciando o papel

central das mulheres na construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento (Angelin, 2014).

Sendo assim, apesar dos avanços conquistados em relação aos direitos das mulheres e à preservação ambiental, ainda há muito a ser feito para alcançar a igualdade de gênero e garantir um desenvolvimento sustentável verdadeiramente inclusivo. As desigualdades persistem, e é preciso continuar buscando soluções inovadoras e inclusivas para enfrentar os desafios globais.

#### 4.2 Síntese dos resultados das produções em Ciência da Informação que se relacionam ao Ecofeminismo

Observa-se que as produções científicas que dialogam com o Ecofeminismo, embora nem sempre abordem o conceito de forma explícita, estabelecem interfaces interdisciplinares com a Ciência da Informação e oferecem contribuições para a compreensão das relações entre gênero, meio ambiente e produção do conhecimento.

Nesse contexto, o Quadro 2 apresenta um subconjunto das produções que integram o *corpus* da pesquisa, selecionadas por sua aderência temática ao ecofeminismo e por explicitarem, de modo mais direto, articulações com discussões relevantes para a Ciência da Informação.

Quadro 2 – Publicações que compõem o subconjunto do corpus de análise

Nº	Título	Autor(es)/Ano
1	<i>Beyond the Stacks: Ecofeminist Expressions Collaborative Book Collection</i>	Bonanni e Cisco (2025)
2	<i>Ecofeminism in the twenty-first century</i>	Buckingham (2004)
3	<i>Ecofeminism and climate change</i>	Gaard (2015)
4	<i>Ecofeminist Perspective: climate change and its Impact on Women</i>	Sinaga e Harahap (2023)
5	<i>O ecofeminismo como perspectiva em pesquisas científicas</i>	Cândido et al. (2022)

6	<i>Epistemologias feministas e Ciência da Informação: notas introdutórias.</i>	Almeida (2021)
7	<i>Feminismo e ciência da informação: uma abordagem a partir da análise do discurso</i>	Scartassini e Barros (2021)
8	<i>Género, medio ambiente y sustentabilidad del desarrollo</i>	Rico (1998)
9	<i>Veias feministas: memória, desafios e perspectivas para as mulheres do Século 21</i>	Di Ciommo (2017)
10	<i>El feminismo académico en españa hoy</i>	Torres (2000)

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

A partir do exame do subconjunto de produções selecionadas, identificam-se contribuições teóricas que se organizam em diferentes eixos de articulação entre feminismo, meio ambiente e Ciência da Informação. No primeiro eixo, destacam-se as produções (1), (2), (3), (4) e (5), as quais abordam de forma mais direta o ecofeminismo, compreendido como uma perspectiva crítica voltada à articulação entre justiça social, ética ambiental e as problemáticas associadas às mudanças climáticas.

A título de exemplo, destacam-se os estudos de Bonanni e Cisco (2025), Buckingham (2004) e Gaard (2015), bem como a análise proposta por Harahap *et al.* (2023) e por Cândido *et al.* (2022), os quais evidenciam a centralidade das relações de poder, a crítica às racionalidades antropocêntricas e a valorização de epistemologias situadas como instrumentos analíticos para a compreensão dos impactos socioambientais contemporâneos.

Em um segundo eixo, situam-se as produções (6) e (7), as quais oferecem uma leitura epistemológica da Ciência da Informação a partir da perspectiva feminista. Os estudos de Almeida (2021) e de Scartassini e Barros (2021) deslocam o debate para o plano dos fundamentos teóricos do campo, ao problematizarem os processos

de produção e legitimação do conhecimento, os regimes discursivos e as estruturas de poder que permeiam as práticas informacionais.

Sob essa abordagem, o feminismo é mobilizado como referencial crítico capaz de tensionar a pretensa neutralidade epistemológica da Ciência da Informação, contribuindo para reflexões sobre representação, visibilidade e construção social do conhecimento nos sistemas informacionais.

Complementarmente, as produções (8), (9) e (10) oferecem subsídios teóricos que fundamentam essas articulações ao abordar, respectivamente, as relações entre gênero, meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento (Rico, 1998), a memória e os desafios históricos do feminismo (Di Ciommo, 2017) e os processos de institucionalização do feminismo no meio acadêmico (Torres, 2000). Embora situadas em contextos distintos, tais produções contribuem para ampliar a compreensão do feminismo como um campo crítico de reflexão, cujos desdobramentos dialogam com preocupações centrais da Ciência da Informação, especialmente no que se refere à produção, legitimação e circulação do conhecimento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar que o objetivo da pesquisa foi alcançado a partir da análise crítica de literatura, por meio de um levantamento da literatura, com um olhar voltado para o Desenvolvimento Sustentável, além de abordar o Ecofeminismo dentro da perspectiva da Ciência Informação, enquanto conceito, bem como a importância da figura da mulher e seu papel na preservação ambiental, entendendo que a defesa dos direitos das mulheres, especialmente aquelas pertencentes aos grupos mais vulneráveis, está diretamente ligada à preservação ambiental.

A causa feminista, dentro do cenário geral de preservação do meio ambiente, ainda é uma causa minoritária, mas que precisa de uma atenção especial, já que garantir a manutenção dos direitos das mulheres também é uma forma de preservar o meio ambiente, uma vez que sua participação na preservação da biodiversidade se faz vital para a sobrevivência.

A questão que está posta é a sobrevivência, pois não preservar o meio ambiente põe em risco a existência das futuras gerações. Ao rever o posicionamento em relação aos direitos conquistados pelas mulheres, é possível, a longo prazo, a manutenção de todo o ecossistema, que permite que atividades artesanais, bem como a agricultura de subsistência, possam se manter com alguma relevância no quadro das cadeias produtivas.

Logo, fica evidente que é preciso uma grande mudança, e não apenas de paradigma. A sociedade precisa observar as diferenças de gênero como uma oportunidade para que todos possam cuidar daquilo que é importante para todos. Ao suprimir direitos básicos, estamos em guerra entre nós mesmos. Preservar recursos, garantir direitos básicos não é apenas justiça, mas sobrevivência e um modo de preservar a confiança num futuro para as próximas gerações.

A crise ecológica atual é resultado das profundas desigualdades criadas pelo sistema capitalista industrial vigente, em que o valor atribuído ao trabalho e até mesmo às espécies pode sacrificar o meio ambiente em prol do lucro gerado pela modernidade industrial. Grandes conglomerados, focados apenas em lucro e acúmulo de capital, investem em projetos de curto prazo que podem ter consequências devastadoras a longo prazo. A exploração indiscriminada e predatória dos recursos naturais ameaça a

biodiversidade do planeta, afetando principalmente aqueles que dependem do manejo desses recursos para subsistência e renda.

Nesse contexto, o Ecofeminismo surge como uma abordagem que relaciona diretamente às lutas femininas com a preservação do meio ambiente. As relações de poder mantidas pelo Patriarcado contribuem para a perpetuação de um sistema injusto, no qual as mulheres enfrentam desigualdades salariais, negação de oportunidades de ascensão profissional e restrições ao direito sobre seus próprios corpos. Ao desafiar esse sistema androcêntrico, o Ecofeminismo busca unificar todas as minorias afetadas pelas mudanças climáticas e a crise ecológica global, com uma perspectiva integradora que valoriza a diversidade e a equidade.

As atividades de subsistência, muitas vezes realizadas por mulheres, como a agricultura familiar e o artesanato local, são fundamentais para o abastecimento do mercado interno de alimentos e a preservação da biodiversidade. No entanto, essas atividades enfrentam desafios significativos, já que o mercado privilegia a produção para exportação e o lucro imediato, desfavorecendo os pequenos produtores e as comunidades locais. Além disso, esses produtores e comunidades são os mais afetados pelas alterações climáticas, o que pode ameaçar a continuidade dessas atividades vitais para a preservação do meio ambiente.

Sendo assim, a atuação das mulheres é de extrema importância para o cenário ambiental, as quais podem desempenhar um papel fundamental na preservação do meio ambiente, garantindo a continuidade de atividades essenciais e contribuindo para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas. A participação ativa das mulheres no Desenvolvimento Sustentável é essencial para

alcançar um futuro mais equitativo, resiliente e ambientalmente responsável.

Desta maneira, ao reconhecer e valorizar o papel das mulheres no contexto ambiental, é possível fortalecer a proteção do meio ambiente e alcançar uma sociedade mais justa e sustentável. Assim, o empoderamento das mulheres, aliado a uma perspectiva integradora que abrange todas as minorias afetadas, é uma estratégia fundamental para enfrentar os desafios globais e construir um futuro mais promissor para todos, de forma que a atuação das mulheres no cenário ambiental, torna-se uma força transformadora que pode impactar positivamente a preservação do meio ambiente global.

Por fim, é importante ressaltar que esta pesquisa pode constituir um ponto de partida para futuras investigações que utilizem outros enfoques sobre o mesmo tema, mas aplicadas em distintas realidades e contextos. Dessa forma, essas futuras pesquisas podem proporcionar novas reflexões aos leitores e contribuir significativamente para a literatura sobre a representatividade da mulher no cenário ecológico atual, além de ampliar a discussão acerca da relevância de mais estudos para combater a crise ecológica global e a minimização dos efeitos gerados pelo antropoceno.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

ACSELRAD, H. O "social" nas mudanças climáticas. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. e5930, 2022. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5930>. Acesso em: 31 jan. 2025.

AGBEDAHIN, A. V. Sustainable development, Education for Sustainable Development, and the 2030 Agenda for Sustainable Development: Emergence, efficacy, eminence, and future. **Sustainable Development**, [S. l.], v. 27, n. 4, jan. 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary-wiley.ez3.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1002/sd.1931>. Acesso em: 31 jan. 2025.

AGUINAGA, M. *et al.* Critiques and alternatives to development: a feminist perspective. *In*: LANG, M.; MOKRANI, D. (orgs) **Development Alternative visions from Latin America**. Publicado por: Transnational Institute / Rosa Luxemburg Foundation. August 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Miriam\\_Lang3/publication/303543097\\_Development\\_critiques\\_and\\_alternatives\\_a\\_feminist\\_perspective/links/5747534508ae2301b0b8038a.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Miriam_Lang3/publication/303543097_Development_critiques_and_alternatives_a_feminist_perspective/links/5747534508ae2301b0b8038a.pdf). Acesso em: 31 jan. 2025.

ALMEIDA, C. C. Epistemologias feministas e ciência da informação: notas introdutórias. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 26, n. 4, p. 48–75, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44463> Acesso em: 17 dez. 2025.

ANDERSSON, N. L. M. *et al.* **Será que o termo sustentabilidade não surgiu para manter, no espaço de tempo, a ideia de desenvolvimento hegemônico?** [S. l.] : [s.n.], [2017]. Disponível em: [https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/06/Norberto-Luiz-Marques-Anders\\_on.pdf](https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/06/Norberto-Luiz-Marques-Anders_on.pdf) Acesso em: 31 jan. 2025.

ANGELIN, R. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. **Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI**, Itajaí, v. 9, n. 3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: [www.univali.br/direitoepolitica](http://www.univali.br/direitoepolitica). Acesso em: 17 dez. 2025.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias da agenda 21. 7. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento sustentável**: das origens à Agenda 2030. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2020.

BARCA, S. Forças de reprodução. O ecofeminismo socialista e a luta para desfazer o Antropoceno. **e-cadernos CES** [Online], v. 34, p. 25-45, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/5448>. Acesso em: 31 jan. 2025.

BAUMGARTNER, R. J.; KORHONEN, J. Strategic thinking for sustainable development. **Sustainable Development**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 71–75, mar. 2010. Disponível em: <https://onlinelibrary-wiley.ez3.periodicos.capes.gov.br/doi/epdf/10.1002/sd.452>. Acesso em: 31 jan. 2025.

BENASAYAG, M.; REY, A. D. O decrescimento e os países do Sul. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. **Enfrentando os limites do crescimento**: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

BONANNI, M.; CISCO, C. Beyond the Stacks: Ecofeminist Expressions Collaborative Book Collection. **College & Research Libraries News**, v. 86, n. 8, p. 314, 2025.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Agenda 2030**, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/hotsites/agenda-2030/>. Acesso em: 31 jan. 2025.

BRUNDTLAND, G. H. **Relatório Brundtland**: nosso futuro comum. Genebra: ONU [Comissão Brundtland], 1987.

BUCKINGHAM, S. Ecofeminism in the twenty-first century. *Geographical journal*, v. 170, n. 2, p. 146-154, 2004.

CÂNDIDO, G. G.; REDIGOLO, F. M.; CONDURÚ, M. T.; BRITO, C. N.; SILVA, C. P. L. O ecofeminismo como perspectiva em pesquisas científicas. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. e5912, 2022. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5912> Acesso em: 31 jan. 2025.

CAVALCANTI, C. Só existe desenvolvimento sustentável: a economia como parte da natureza. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E.P. **Enfrentando os limites do crescimento**: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CLAUDINO-SALES, V. A urgência do antropoceno. **Revista de Geociências do Nordeste**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 213–222, 2020.

Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/view/22217> Acesso em: 31 jan. 2025.

COSTA, C. DE L.; FUNCK, S. B. O Antropoceno, o pós-humano e o novo materialismo: intervenções feministas. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 2, p. 903–908, maio 2017.

DI CIOMMO, R. C. Ecofeminismo. In: AMARO, S.; DURAND, V. (org.). **Veias feministas**: memória, desafios e perspectivas para as mulheres do século XXI. Rio de Janeiro: Bonecker, 2017. Disponível em:

[https://www.google.com.br/books/edition/Veias\\_feministas/Pw1xDwAAQBAJ?hl=ptBR&gbpv=1&dq=ecofeminismo&printsec=frontcover](https://www.google.com.br/books/edition/Veias_feministas/Pw1xDwAAQBAJ?hl=ptBR&gbpv=1&dq=ecofeminismo&printsec=frontcover)

Acesso em: 2 set. 2025.

EIZENBERG, E.; JABAREEN, Y. Social sustainability: a new conceptual framework. *Sustainability*, **Switzerland**, v. 9, n. 1, p.68-84, 2017.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**: noções básicas em pesquisa científica. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FLORES, B. N.; TREVIZAN, S. D. P. Ecofeminismo e comunidade sustentável. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 11-34, jan-abr, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/TnSBYB7v9CFwpmQtVf8fbCM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2025.

FREITAS, M. A educação para o desenvolvimento sustentável e a formação de educadores/professores. **Perspectiva**, v. 22, n. 2, p. 547-575, 2004. Disponível em:

<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectivas.html>. Acesso em: 31 jan. 2025.

GAARD, G. Ecofeminism and climate change. **Women's Studies International Forum**, v. 49, p. 20-33, mar./abr. 2015.

HARAHAP, R. H. *et al.* Ecofeminist Perspective: Climate Change and its Impact on Women. **Journal of Sumatera Sociological Indicators**, v. 2, n. 02, p. 193-200, 2023.

HARPER, C. L. **Environment and society**: human perspectives on environmental issues. 2. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2001.  
HOLDEN, E.; LINNERUD, K.; BANISTER, D. The Imperatives of Sustainable Development. **Sustainable Development**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 213–226, set. 2016. Disponível em: <https://onlinelibrary-wiley.ez3.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1002/sd.1647#pane-pcw-eferences>. Acesso em: 31 jan. 2025.

LÉNA, P.; ISSBERNER, L.-R. Prefácio. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. e6001, 2022. DOI: 10.18617/liinc.v18i1.6001. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/6001> Acesso em: 31 jan. 2025.

LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. **Enfrentando os limites do crescimento**: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MAGIS, K.; SHINN, C. Emergent principles of social sustainability. *In*: DILLARD, J.; DUJON, V.; KING, M.C. (ed.). **Understanding the social dimension of sustainability**. New York: Taylor & Francis, 2009. p.15-44.

MATIAS, H. J. D.; PINHEIRO, J. de Q. Desenvolvimento sustentável: um discurso sobre a relação entre desenvolvimento e natureza. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, abr. 2008

NUNES, N. A.; BANHAL, A. E. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 1547–1570, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/4000> Acesso em: 31 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. UN Women Data Hub. **Country Fact Sheet**, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://data.unwomen.org/country/brazil>. Acesso em 31 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, [S. l.], 2023. Disponível em:

<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 31 jan. 2025.

RICO, M. N. **Género, medio ambiente y sustentabilidad del desarrollo**. Santiago: Naciones Unidas, 1998. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5867/S9800082.pdf?sequence=1> Acesso em: 31 jan. 2025.

SALAMONI, G.; GERARDI, L. H. D. O. Princípios sobre o ecodesenvolvimento e suas relações com a agricultura familiar. *In*: GERARDI, L. H. D. O; MENDES, I A. **Teoria, Técnica, Espaços e Atividades Temas de Geografia Contemporânea**. [S. l.]: AGETEO; UNESP, programa de pós-graduação em geografia. 2001. p. 75-96. Disponível em: [http://www1.rc.unesp.br/igce/newpos/new\\_geo/downloads/2001/ecodesen.pdf](http://www1.rc.unesp.br/igce/newpos/new_geo/downloads/2001/ecodesen.pdf) Acesso em: 31 jan. 2025.

SCARTASSINI, V. B.; BARROS, T. H. B. Feminismo e ciência da informação: uma abordagem a partir da análise do discurso. **Informação & informação**, Londrina, PR, v. 26, n. 3, p. 450-477, jul./set. 2021.

TORRES, I. El feminismo académico en España hoy. **Métodos de información**, Espanha, v. 7, n. 35-36, 2000.

ZDRAVKOVA, K. Personalized Education for Sustainable Development. Sustainability, **MDPI**, [S. l.], v. 15, n. 8, p. 6901, abr. 2023. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/15/8/6901>. Acesso em: 31 jan. 2025.